

A IMPRENSA: PORTA-VOZ DO ANTICOMUNISMO DO REGIME VARGAS

Jose Antônio de Andrade*

Resumo: O objetivo proposto para este trabalho é o de aprofundar o estudo, enfim o entendimento do papel designado, adotado, e por fim, desempenhado pela imprensa como reverberadora do anticomunismo do regime Vargas. Para tal, partiremos de três matrizes distintas de fontes, a saber: documentos oficiais que possam suportar a existência de tal interação; reportagens da própria imprensa à época; anotações em diário do próprio Getúlio Vargas. A partir do estudo desses documentos, buscaremos compreender o real papel da imprensa como conformadora da opinião pública acerca do comunismo, especialmente após a tentativa revolucionária comunista de 1935, e 1937, ano em que teve lugar o golpe do Estado Novo.

Palavras-chave: Anticomunismo; Imprensa; Opinião Pública.

THE PRESS: SPOKESPERSON FOR THE ANTI-COMMUNISM OF THE VARGAS' REGIME

Abstract: The aim of this paper is to understand the importance of the role attributed to, adopted by and, ultimately, played by the press as a reverberator of the Vargas government's anti-communism. To do this, we will use three different sources: official documents that can prove the existence of this interaction; reports from the press itself at the time; and notes from Getúlio Vargas himself in his diary. By studying these documents, we will try to understand the role of the press in shaping public opinion on communism, especially between the seditious acts of 1935 and the Estado Novo coup in 1937.

Keywords: Anticommunism; Press; Public Opinion.

LA PRENSA: PORTAVOZ DEL ANTICOMUNISMO DEL RÉGIMEN DE VARGAS

Resumen: Este trabajo pretende profundizar en el estudio y comprensión del papel asignado, adoptado y finalmente desempeñado por la prensa como amplificador del anticomunismo del régimen de Vargas. Para ello, utilizaremos tres fuentes diferentes: documentos oficiales que puedan avalar la existencia de esta interacción; informes de la propia prensa de la época; anotaciones en diarios del propio presidente Getúlio Vargas. Mediante el estudio de

* Mestre em História Política (PPGH-UERJ) e doutorando em História Política (PPGH-UNIVERSO). Email: jaandrade1981@gmail.com . Orcid: 0009-0004-8339-8196.

estos documentos, intentaremos comprender el papel real de la prensa en la formación de la opinión pública sobre el comunismo, especialmente después de los intentos de sedición comunista de 1935 y 1937, año del golpe del Estado Novo.

Palabras clave: Anticomunismo; Prensa; Opinión Pública.

Introdução

A relação entre Vargas e a imprensa, podemos dizer, não foi fruto do acaso, nem mesmo do processo que o levou ao Palácio do Catete. Ainda antes de chegar ao poder, como chefe do Executivo, Vargas já mostrava interesse no papel da imprensa como ferramenta para a unificação do sentimento da opinião pública (MORAIS, 1998). O que de fato o golpe da revolução de 1930¹ proporcionou, foi a efetivação desse projeto. Ao (re)criar e disseminar narrativas anticomunistas, com o apoio de uma parte da imprensa e o silenciamento de outra, o regime fazia dessa, ferramenta importante para a manutenção do seu projeto. Projeto esse que não consistia somente na manutenção do poder, mas também referendar a figura de Vargas como o seu timoneiro (CORREIO DA MANHÃ, 1931)².

Sem dúvida, o papel da imprensa na difusão do anticomunismo foi de extrema relevância. O historiador Jayme F. Ribeiro afirma que, especialmente depois dos levantes de 1935, representações foram construídas e veiculadas por meio de uma série de reportagens em que os comunistas eram apresentados como covardes, impiedosos e traidores da Pátria (2014, p 96).

Para o regime, a imprensa constituía uma ferramenta indispensável, e deveria se curvar frente a sua vontade, fosse pela “intervenção política nos jornais, mediante empastelamento e/ou depredações das redações” (MARTINS; KARAWCZYK, 2021), fosse pela vigilância daqueles que se aliavam. Sobre essa vigilância, o Ministério da Guerra foi enfático ao afirmar ao Presidente a necessidade de “policiar a imprensa, jornalística ou não” (RELATÓRIO DE AÇÃO CONTRA O COMUNISMO, 1934) a fim de não permitir qualquer menção que pudesse beneficiar a propaganda comunista.

O relatório ainda recomendava o endurecimento no trato do regime em relação ao que foi descrito como “imprensa [...] que exerce uma ação educacional negativa” (Ibidem, p. 4), o que incluía não só “fazer propaganda para o comunismo”, mas também denunciar escândalos de qualquer autoridade do regime, assim redigido: “Vigilância da imprensa, inclusive no noticiário comum, vedando-se notícias tendenciosas [...] garantida pela liberdade de crítica documentada contra erros ou falhas de autoridade pública” (Ibidem, p.6). A isso, o autor do relatório denominou por “política de comunicação subordinada a um plano conjunto dos interesses

¹ A despeito da discussão — muito debatida na historiografia nacional — sobre ter sido ou não o movimento que levou Vargas ao poder uma revolução, tomaremos por empréstimo as palavras do historiador Orlando de Barros: “A Revolução de Trinta gerou, com certeza, transformações de tal monta, na sociedade brasileira que, dificilmente, poderá ser igualada a outro acontecimento histórico nacional. Embora não tenha atingido os espaços geográfico e institucional do país com a mesma intensidade, é bastante razoável admitir que a nação ganhou nova face histórica, seja pelo impacto da revolução em si mesma, seja pela liberação de forças que, deflagradas por ela, vieram acelerar o processo de modernização e desenvolvimento das últimas décadas, caracterizando claramente um corte histórico” (BARROS, 1987, p. 1).

² A expressão foi retirada do *Correio da Manhã*. 06 de jan. de 1931, p 4. No texto do jornal a afirmação é que Vargas ainda não teria se confirmado como o “timoneiro capaz de salvar o barco do naufrágio”.

nacionais” (Ibidem, p.5), e que hoje, distante quase um século, podemos interpretar como sendo a vontade do regime em executar a doma do que Habermas denominou por “lutas dos argumentos” (1984, p. 85). Para o autor, por meio dessa luta de argumentos é que a imprensa tem a capacidade de intermediar ou mesmo formar a opinião pública acerca de um determinado assunto.

Martins e Karawejczyk citam o dissenso existente na historiografia nacional quanto à interpretação ou a leitura que se pode fazer da atuação dos jornais no período correspondente ao primeiro governo Vargas. Para os autores, a controvérsia fica por conta das duas grandes matrizes de jornalismo existentes à época:

A imprensa político-partidária, subordinada à política e, por isso, transformada em instrumento para a ‘manipulação de interesses’, e a imprensa comercial, estruturada como empresa de comunicação cuja principal finalidade seria a busca por lucro econômico (2021, p. 22).

Para a questão levantada pelos autores, julgamos o segundo caso mais emblemático, contudo também mais complicado de entender. A fim de descortinar o papel dessa imprensa comercial, tomaremos como suporte o que Upton Sinclair apresentou em sua obra *The Brass Check* (2003)³.

Nessa obra, em especial no cap. 20, Sinclair, argumenta que a “notícia” tem um preço. Embora estivesse falando em relação à imprensa estadunidense, ou como ele se referiu a ela, “os formadores de opinião”, uma comparação com a imprensa brasileira, resguardadas as diferenças, é perfeitamente possível. O autor argumenta que esse “cheque de latão” é o pagamento pela cumplicidade de jornalistas para com quem está a pagar por sua lealdade, ou como ele preferiu, “é o preço da prostituição” (Ibidem).

A relação entre o regime Vargas e a imprensa

A imprensa honesta, ‘a grande imprensa’ diária, que debate os assuntos à luz clara do dia não terá que temer, mesmo porque é ela a maior propugnadora da ordem (GUIMARÃES, 1935, p. 1372)⁴.

A relação de Vargas com a “imprensa comercial” foi frutífera. No dia 28 de janeiro de 1935, o chefe do executivo esteve a combinar intervenções de propaganda contra o recém encaminhado projeto da LSN com redatores e proprietários de jornais, os quais ele preferiu chamar por “amigos da imprensa” (VARGAS, 1995a, p 355). Foi o próprio Vargas quem afirmou que esses amigos tinham um preço. Ao receber a visita de Assis Chateaubriand — fundador dos *Diários Associados*, e um dos principais nomes da imprensa naquele período — em busca de dinheiro junto ao governo, Vargas comenta: “acho que ele vale o que pede” (Ibidem, p. 373). É possível supor que tenha valido. Alguns meses depois, Vargas e Chateaubriand voltam a se encontrar, desta vez para combinar uma reação contra o que ele chamou de extremismo, por meio da imprensa (Ibidem, p. 398).

³ O estudo original foi publicado em brochura pelo próprio autor, em 1919.

⁴ Trata-se de uma expressão do então ministro da marinha, Protógenes Guimarães, por ocasião da discussão do projeto 128/1935, que viria a ser LSN. Em entrevista, a afirmação do ministro foi de que qualquer órgão de imprensa que não se curvasse a interesses contrários aos do regime, teria tranquilidade e o apoio deste para operar. Nas palavras do ministro, a imprensa teria um papel fundamental na propagação da “ordem”.

Outro caso interessante apontado por Vargas foi o de José Eduardo Macedo Soares. Jornalista e deputado (Diário Carioca/Partido Popular Radical-RJ), já havia tido colaborações importantes no trabalho anticomunista do regime. Com trânsito livre com o próprio presidente, prestava informações sobre o que julgava ser envolvimento de alguns colegas com o “radicalismo” (Ibidem, p. 411-415). Contudo, em outubro de 1935, ao ter negado uma solicitação para um encontro com Vargas, valendo-se da arma que tinha, criticou o presidente em um artigo (SOARES, 1935, p. 1), por esse chamado de “amargo” (Vargas, 1995a, p. 429). Em fevereiro de 1936, outra crítica a Vargas, disfarçada de elogios a Flores da Cunha (SOARES, 1936, p. 1), nesse momento, um desafeto político do presidente. O presidente classificou esse ocorrido como “azedumes do senador” e argumenta que eles “provêm da falta da entrega de 450 contos que ele pleiteia insistentemente [...] para adquirir uma máquina para seu jornal” (VARGAS, 1995a, p. 481).

Assim vemos que o quesito dinheiro possuía importância na relação governo-imprensa. Elizabeth Cancelli comenta que no governo “não havia hesitação quando se tratava de conseguir verbas suplementares” (CANCELLI, 1994 p. 59) para esse fim. Tais verbas, em sua maioria, eram destinadas à chefatura de polícia. Essa, por sua vez, priorizava as propagandas pagas nos jornais, prática essa que sofreu aumento contínuo e progressivo desde a chegada de Vargas ao poder (Ibidem, p. 60). O plano de ação contra o comunismo, de 1934, afirmava que o provimento de verbas para o exercício da contrapropaganda, e o pagamento de seus agentes, era peça fundamental no combate ao comunismo (RELATÓRIO DE AÇÃO CONTRA O COMUNISMO, 1934).

O regime Vargas, ainda em 1932, tratou da legalização desse mecanismo de doação de verbas secretas, com a criação das despesas extraordinárias para a repressão (DECRETO 21.530 DE 14 DE JUL. DE 1932).⁵ Elizabeth Cancelli relata que, a partir desse momento, o repasse de verbas extraordinárias passou a ser uma constante. Segundo a historiadora:

Tratava-se de reforçar a parte sombria, secreta e invisível do regime que gerava medo, a insegurança e a instabilidade, bem ao encontro dos objetivos do Estado, que pretendia apreender a alma de todo e qualquer membro da sociedade (1994, p. 58).

Esse é um ponto, mas obviamente não podemos supor que somente a questão dos “subsídios” seria suficiente para organizar o apoio da imprensa na repressão ao comunismo. É importante destacar que a imprensa tratada aqui é aquela que possuía finalidade comercial, que buscava atingir ou conquistar o maior número de leitores possíveis. Esse fato ganha ainda mais relevância ao mencionarmos os anúncios que tais páginas carregavam.

Tudo isso suscita uma importante questão. Por que a multiplicidade, as diferenças, e as divergências presentes no campo dos jornais tenderam a desaparecer quando o assunto era o comunismo? A resposta não é simples, pois, como afirma Patrick Champagne, ao mesmo tempo em que o papel da imprensa é o de criar um sentido para os fatos:

as mídias agem sobre o momento, e fabricam coletivamente uma representação social que, mesmo distante da realidade, perdura apesar dos desmentidos ou retificados posteriores, porque tal representação não faz senão reforçar as interpretações espontâneas,

⁵ Trata-se da primeira liberação oficial de verbas para esse fim.

mobiliza os preconceitos, e tende por aí, reforçá-los (CHAMPAGNE, 1991, p. 65).

Contudo, nem tudo o que se apresenta ou é apresentado na imprensa está sujeito a interpretação ou relativização. Existem eventos que são produzidos para se imporem como notícia. Tais eventos fogem ao controle, ou pelo menos do controle total da imprensa. Eles podem ser vislumbrados em um ato terrorista, um sequestro, ou mesmo a prisão de alguém que “oferecesse” perigo à sociedade (RODRIGO, 1991). Não se trata aqui de fazer comparação entre o objeto de estudo de Miguel Rodrigo — os grupos terroristas bascos, na Espanha — e a polícia de repressão ao comunismo de Vargas, mas ao fato de operarem por meios parecidos. Ambos buscavam produzir eventos para serem notícias, embora seus sentidos de atuação histórica ficassem em campos opostos. Aos primeiros era interessante promover um atentado, um ato violento. Para o segundo, evitá-lo, ou simplesmente parecer tê-lo feito.

Desse modo, a propaganda anticomunista, associada às ações policiais, não só adquiria a possibilidade de gerar notícias, mas também criar o que Costa Rego denominou por “estado de pânico”, e assim robustecer o regime perante a opinião pública:

A técnica do estado de pânico é esta: “revelar” a subversão no instante exato em que ela não apresenta mais nenhum perigo. O público emociona-se na expectativa e na incerteza do golpe descoberto; após, tranquiliza-se verificando que nada aconteceu, precisamente porque o governo está forte. Assim como da infecção se tira a vacina contra a infecção, é de sua fraqueza publicada que o governo se robustece perante a massa que pode nele acreditar (REGO, 1935, p. 2).

Dito isso, começamos a desvendar uma possível resposta para a questão anteriormente colocada. Uma vez que a causa anticomunista já era assimilada por parte considerável da sociedade, e os eventos relacionados à subversão comunista eram rotineiramente apresentados pela polícia, tal como os perigos que isso representava eram elencados pela narrativa da propaganda, deixar de reportar tais eventos, significava estar alheio a uma das “principais” mazelas da sociedade de então.

Vale mais uma vez lembrar que a questão aqui gira em torno dos jornais comerciais. Assim sendo, esses jornais se colocavam no mercado a título de venda, a preço fixo estampado na primeira página. Em outras palavras, não tratar de um assunto que se impunha como notícia, que “ameaçava” a todos — críticos ou apoiadores do regime — significava, na prática, perder mercado junto a leitores que de antemão já haviam sido colocados em um “lugar comum”, construído pela censura que a própria mídia exerce sobre a notícia (LIPPMANN, 2010, p. 289-294). É o que a imprensa definir como importante que será publicado e irá influenciar a consciência do público sobre os “fatos”, o resto simplesmente não existirá como notícia, logo ninguém o publicará, sob o risco de perder público (Ibidem).

Perda de leitores era um ponto essencial, pois o número desses determina a venda de um “artigo de luxo” para os jornais; os anúncios. Tais anúncios, embora financeiramente vitais à sobrevivência da imprensa, colocam limites às liberdades de crítica a determinados temas. Ao comentar sobre o tema, Miguel Reale afirmou que isso se dava porque não era possível criticar os interesses dos “trustes”, pois eram esses financiadores dos jornais com seus anúncios (REALE, 1936, 1936, p. 3). Obviamente Reale não se referia ao comunismo, uma vez que, como integralista, o via como uma espécie de inimigo essencial. Contudo, o exemplo não pode ser mais claro; qualquer grupo social ou empresa que, na defesa de seus interesses econômicos,

buscava por tais anúncios, certamente não o faria junto a um jornal que advogasse as causas comunistas.

Dessa forma, a narrativa anticomunista unia as “vozes” da imprensa, gerando uma oposição quase unânime a esse, senão por convicção ideológica, pelo menos para manter seus *status quo*. Alceu Amoroso Lima foi incisivo ao descrever esse tipo de oposição ao comunismo, classificando-a como “oposição por interesse”:

Interesse econômico, dos que olham para suas capitais e veem o fantasma da desapropriação vindo na cauda da revolução marxista. Interesse político, dos que fazem das posições meio de vida ou dos que se apegam a elas por gosto do poder ou por ambição. Interesse social, dos que ocupam na sociedade uma situação de prestígio e veem em qualquer golpe comunista uma ameaça de cerceamento. Interesse egoístico, dos que vivem para o seu prazer, e veem em qualquer revolução, seja ela da esquerda, da direita ou do espírito, uma ameaça aos seus coqueteis, às suas corridas, aos seus *dancings*, às suas gravatas [...](LIMA, 1937).

Assim sendo, faz sentido aqui a colocação de Bethânia Mariani, de que na imprensa de referência⁶, independentemente de sua orientação política, não diferia muito a forma de se significar o comunismo (MARIANI, 1998, p. 59). Desse modo, a narrativa uniforme acerca dos comunistas na imprensa se mostrou historicamente relevante por atuar na formação do discurso, sendo que este, por sua vez, “tem como característica atuar na institucionalização dos sentidos” (Ibidem, p. 64).

No caso específico do discurso jornalístico sobre os comunistas, esta questão fica ainda mais realçada uma vez que o *discurso dos comunistas* praticamente inexistia na imprensa de referência. Não havendo lugar para o discurso – dos comunistas – o poder discursivo dos jornais torna-se mais incisivo: se não há espaço para confronto, réplicas ou polêmicas, os sentidos da formação discursiva política se instalam e se disseminam com maior facilidade (Ibidem, p. 64-65).

Dessa forma, a narrativa anticomunista se unificava na imprensa, e o regime ganhava espaço para seus movimentos de repressão. Ainda que a prédica anticomunista tenha, digamos, chegado ao poder com a revolução, a partir de 1935 ela se avolumou. O surgimento da ANL despertou preocupação no governo, que fez dessa organização o alvo principal da propaganda anticomunista. O início da apreciação pelo congresso do projeto da LSN, ainda em janeiro de 1935, foi mais uma prova da harmonia narrativa da imprensa em relação ao comunismo.

Nesse contexto, a ANL passou a ser atacada intensamente com um forte discurso anticomunista (ANDRADE; ABREU, 2023). A própria LSN, que limitava sensivelmente a atividade e a liberdade de imprensa, bem como previa prisão de jornalistas e apreensão de impressos — dispondo

⁶ Como Imprensa de referência tomamos aquela que contribui para a conformação ou a representação da opinião pública nacional ou mesmo internacional segundo Imbert. Para esse autor, a imprensa não representa um quarto poder como muitos defendem, mas carrega em si um poder simbólico que pode ser transformado em instrumento do poder real/político. Portanto a imprensa de referência exerce função social e política, não só por seu poder discursivo ser um emissor de opinião, mas sim por atuar na mediação das opiniões. (IMBERT, 1992)

inclusive de um capítulo específico para isso —, despertou a reação de poucos órgãos da imprensa (MARTINS; KARAWEJCZYK, 2021, p. 35). Desse modo, o regime, amparado por medidas legais de repressão, bem como com a “planificação” da narrativa da imprensa em relação ao comunismo, se reafirma como o principal “soldado” nessa luta. Embora o ambiente político já fosse tenso anteriormente, desde que ocorreram os levantes da Aliança Nacional Libertadora, [...] a repressão havia tomado conta do país” (MOURELLE, 2019, p. 25-26).

Thiago Mourelle comenta que “os jornais deram enorme destaque à prisão de Prestes e seus aliados, com textos extensos, e imagens do acusado em primeira página, tratando o caso como uma trama policial digna de um filme *hollywoodiano*” (Ibidem, p. 29). A repressão ao comunismo foi um daqueles eventos que fogem ao controle da própria imprensa se deve ou não ser noticiado. O volume de propaganda em torno do tema e a comoção por ela gerada acabava por limitar qualquer exame sobre ele, criando um tipo de regra tácita: todos deveriam noticiar. Afinal, como observou Walter Lippmann, “as notícias não são um espelho das condições sociais, mas o relato de um aspecto que se impôs” (LIPPMANN, 2010, p. 291). Por sua vez, essa manifestação quase unânime dos órgãos de imprensa, em relação à ameaça comunista, cumpria o papel de alardear o perigo e instrumentalizar o medo, nos mais diferentes setores sociais (ANDRADE, 2023).

Esses “setores sociais amedrontados [...] emprestaram apoio decidido ao presidente, ato considerado imprescindível para o sustento das campanhas anticomunistas” (MOTTA, 2020, p. 218). Na falta dos “grandes espetáculos”, a imprensa e a propaganda, no esforço para manter vivo o medo do comunismo, davam maior importância que talvez tivesse a pequenos eventos. Manchetes como; “Prisões de indivíduos, estouro de células comunistas”(FOLHA DE MINAS, 1936), “Persistem nos seus planos diabólicos” (A NOITE, 1936), entre outros, “pintavam de vermelho” as páginas diárias dos jornais.

Contando com a unificação da narrativa e com o temor ao comunismo sedimentado no imaginário social, o governo conseguiu manter uma sensação de “ameaça pairando sobre a ordem social [...] grave a ponto de suscitar o esquecimento de velhas rivalidades, notadamente indisposições contra o governo, transformadas em assunto secundário” (MOTTA, 202, p. 219). Como noticiou um órgão de imprensa: “Urgia principalmente, promover a unificação das frações políticas até então ocupadas em suas pequenas disputas pelo poder, pois o comunismo destruiria a todas, independentemente da cor partidária” (O ESTADO DE S. PAULO, 1935).

A relação entre regime e imprensa — ou pelo menos a maior parte dela — era de concordância. Em 23 de junho de 1935, Vargas se reuniu com Chateaubriand, dono dos Diários Associados, um grande conglomerado de órgãos de imprensa, para tratar de uma “reação conservadora por meio da imprensa” (VARGAS, 1995a, p. 398) O reconhecimento do papel da imprensa, seu esforço em colaborar com o governo foi prontamente reconhecido pelo próprio presidente. Em reunião na sede da associação de imprensa, Vargas, em discurso deu ênfase “à forma vigorosa, brilhante e sincera, altamente patriótica, com que a imprensa [...] colaborou com o governo na repressão ao comunismo”(O IMPARCIAL, 1936). Em outro discurso, afirmou:

A imprensa brasileira aperfeiçoa dia a dia seu contato com a opinião. A imprensa incumbe, nesta conjuntura, tarefa sobremodo relevante. Orientando a opinião pública, alertando-a diante do perigo, concorre de maneira decisiva para resguardar a ordem e neutralizar as atividades dos agentes da subversão social (VARGAS, 1936, p.174).

Para Vargas, essa era “a missão social do jornalismo”. Na relação entre o regime e a imprensa, a repressão ao comunismo era classificada como uma defesa de valores superiores, humanos, calcados em uma racionalidade natural ou quase científica (A HORA DO BRASIL, 1936).

Considerações finais

De fato, após a chegada de Vargas ao poder, a imprensa “governista” dedicava-se amplamente ao apoio em relação ao regime Varguista; os espaços dedicados a discursos e propagandas oficiais tinham maior destaque nas edições e fazia destes uma espécie de porta-vozes “oficiais” (CANCELLI, 2007). Essa imprensa “governista” composta por parte da imprensa de referência, se colocava como difusora direta das engenharias sociopolíticas do regime. Tais engenharias carregavam em si uma ideologia nacionalista que colocava o Estado como ator principal no campo político e social, gerando e divulgando normas reguladoras de uma sociedade em construção, nele próprio e por ele próprio (REIS, 1998).

Assim, podemos enxergar a imprensa, independente do seu posicionamento político, ou sua posição em relação ao governo, como uma espécie de amplificadora da propaganda anticomunista do regime. Por meio dessa posição dos meios de imprensa o regime pôde incutir e operacionalizar o medo e, camuflado pela luta contra o comunismo, perseguiu seus opositores e até mesmo a própria imprensa.

Fontes documentais:

A Hora do Brasil. Arquivo nacional. Fundo Agência Nacional. 1936. Código de referência: BR_RJANRIO_EH.O.DSO_DIS.1

GUIMARÃES, Protógenes. Diário do Poder Legislativo. 26/02/1935. p. 1372.

LIMA, Alceu Amoroso. Palestra sobre o perigo do comunismo. Março de 1937 Arquivo Nacional. Fundo Nacional de Informação. Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_75112395.

RELATÓRIO DE AÇÃO CONTRA O COMUNISMO. Ministério da Guerra. 08/11/1934. Arquivo Nacional. Fundo Gabinete Civil da Presidência da República. Código de referência: BR_RJANRIO_GCPR_35. Lata 40.

VARGAS, Getúlio. Biblioteca da Presidência da República. Discursos: *A missão social do jornalismo brasileiro*. 16 de julho de 1936. pp. 174-175.

Fontes da imprensa:

A Noite. 07 de set., de 1936, p. 1.

Folha de Minas. 11 de jul., de 1936, p. 1.

O Estado de S. Paulo, 10 de dez., de 1935, p. 3.

O Imparcial. 10 de janeiro de 1936. pp. 1-2.

REGO, Costa Pedro. O Estado de Pânico. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 28 de fev. de 1935, p. 2.

REALE, Miguel. Liberdade de Imprensa. *Acção*. São Paulo. 16 de nov. de 1936, p. 3.

SOARES, José Eduardo de Macedo. Paixão e morte da Justiça Eleitoral. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro. 01 de out. 1936, p. 1.

SOARES, José Eduardo de Macedo. O Espelho da Tolerância. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro. 22 fev. 1936.

Referências bibliográficas

ANDRADE, José Antonio de; Abreu, Davi Monteiro. Aliança Nacional Libertadora. In: MOURELLE, Thiago Cavaliere; LAGO, Mayra Coan; FRAGA, André Barbosa (org.). *Dicionário do governo Vargas: da revolução de 1930 ao suicídio*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2023.

ANDRADE, José Antonio de. O Grande Medo Brasileiro: imaginário social, cultura do medo e anticomunismo no Brasil da Segunda República. *Intellectus* - v.22, n.2 2023, p.21-43, jul-dez. 2023. DOI: 10.12957/intellectus.2023.77753.

BARROS, Orlando. Preconceito e Educação no Governo Vargas (1930-45). Capanema: Um episódio de intolerância no Colégio Pedro II. Sesquicentenário do Colégio Pedro II. Caderno nº8. Cadernos avulsos da biblioteca do professor do Colégio Pedro II. Rio de Janeiro, 1987.

BOURDIEU, Pierre. O mercado dos bens simbólicos. In: MICELI, Sergio (Org.). *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

CHAMPAGNE, Patrick. La construction médiatique des 'malaises sociaux'. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. v.1, n. 90, p. 65, 1991. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1991_num_90_1_2997. Acesso em: 21 jan. 2021.

CANCELLI, Elizabeth. *História Cultural da Imprensa (1900-2000)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

_____. *O mundo da violência: a polícia na era Vargas*. 2ª Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

IMBERT, Gérard. *Los escenarios de la violencia; conductas anómicas y orden social em la España actual*. Barcelona: Icaria, 1992.

LIPPMANN, Walter. *Opinião Pública*. Tradução e prefácio de Jacques A. Wainberg. 2ª Ed. Coleção Clássicos da Comunicação Social. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

MARIANI, Bethânia Sampaio Corrêa. *O PCB e a imprensa. Os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan. 1998.

MARTINS, Luis Carlos dos Passos; KARAWEJCZYK, Mônica. A Imprensa e a radiodifusão no primeiro Governo Vargas: entre dinamismo e controle In: VANNUCCHI, Marco Aurelio; ABREU, Luciano Aronne de. (Org.). *A era Vargas: 1930-1945*. Vol. 2. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2021. p. 19-50.

MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil: a vida de Assis Chateaubriand, um dos brasileiros mais poderosos deste século*. 3ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em Guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: EdUFF, 2020.
- MOURELLE, Thiago Cavaliere. *O Brasil a caminho do Estado Novo: as cartas de Pedro Ernesto e a trama política que antecede o golpe (1936-37)*. 1 Ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2019.
- REIS, Elisa Maria Pereira. O Estado Nacional como ideologia: o caso brasileiro. *Estudos Históricos*. v.1, n. 2, p.187-203, 1988. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2166>. Acesso em: 20 ago. 2021.
- RIBEIRO, Jayme Fernandes. O Rio de Janeiro e a insurreição comunista de 1935. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O Rio de Janeiro nos jornais: ideologia, culturas políticas e conflitos sociais (1930-1945)*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014. p. 79-104.
- RODRIGO, Miguel Alsina. *Los médios de comunicación ante al terrorismo*. Barcelona. Icaria. 1991.
- SINCLAIR, Upton. *The Brass Check. A studied of American journalism*. Urbana: University of Illinois. 2003.
- VARGAS, Getúlio. *Diário*. (1930-1936). Vol. I. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995a.

Data de Submissão: 22/03/2024

Data da Avaliação: 26/07/2024